



IV Ciclo de Conferências da
Defensoria Pública
do Estado de São Paulo

Caderno de **PROPOSTAS**



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Defensora Pública-Geral do Estado:

DANIELA SOLLBERGER
CEMBRANELLI

Ouvidora Geral da Defensoria

Pública do Estado:
LUCIANA ZAFFALON



IV Ciclo de Conferências da
Defensoria Pública
do Estado de São Paulo

COMISSÃO ORGANIZADORA ESTA-

DUAL: Daniela Sollberger Cembranelli

(Defensora Pública-Geral do Estado de

São Paulo), Renato Campos Pinto de

Vitto (Primeiro Subdefensor Público-

-Geral), Davi Eduardo Depiné Filho

(Segundo Subdefensor Público-Geral),

Juliana Saad (Terceira Subdefensora

Pública-Geral), Luciana Zaffalon Leme

Cardoso (Ouvidora-Geral da Defensoria

Pública do Estado), Anaí Arantes Rodri-

gues, Ana Carvalho Ferreira Bueno de

Moraes, Sabrina Nasser de Carvalho,

Carlos Weis, Daniela Skromov de Albu-

querque, Rafael Galati Sabio, Diego Vale

Medeiros, Leila Rocha Sponton, Aline

Maria Fernandes Moraes, Horácio Xa-

vier Franco Neto, Vanessa Alves Vieira,

Aurea Maria De Oliveira Manoel, Patrick

Lemos Cacicedo, Bruno Shimizu, Ana

Paula de Oliveira Castro Meirelles, Ana

Rita Souza Prata (Coordenadores dos

Núcleos Especializados), Cristina Guelfi

Gonçalves (Diretora da Escola da De-

fensoria Pública do Estado), Bruno Ri-

cardo Miragaia Souza (Representante

do Conselho Superior da Defensoria

Pública), Pedro Aguerre, Rodolfo Valen-

te (Representantes da sociedade civil)

Sistematização do Caderno de Pro-

postas: Rosier Batista Custódio, Tatiana

Whately de Moura, Luiza Aparecida de

Barros, Anaí Arantes Rodrigues, Danie-

la Skromov de Albuquerque, Diego

Vale Medeiros, Aline Maria Fernandes

Moraes, Julio Grostein, Vanessa Alves

Vieira, Patrick Lemos Cacicedo, Bruno

Shimizu, Ana Rita Souza Prata, Cristi-

na Guelfi Gonçalves. **Projeto Gráfico**

e **Diagramação:** Erika Simões (CCSAI)

CADERNO DE PROPOSTAS

Sumário

05 APRESENTAÇÃO

06 PROPOSTAS

06 _____ Cidadania e Direitos Humanos e Meio Ambiente

11 _____ Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito

15 _____ Direitos do Consumidor

16 _____ Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência

22 _____ Habitação, Urbanismo e Conflitos Agrários

28 _____ Infância e Juventude

33 _____ Política Institucional e Educação em Direitos

36 _____ Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher

40 _____ Situação Carcerária

44 MOÇÕES



Apresentação

Este Caderno de Propostas é o resultado da organização de todas as propostas aprovadas nas 22 Pré-Conferências Regionais do IV Ciclo de Conferências da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e será utilizado nos Grupos de Trabalho durante a Conferência Estadual.

Nesta etapa final do IV Ciclo de Conferências da Defensoria Pública, os participantes não poderão apresentar novas propostas, mas somente ajustar ou aglutinar as propostas já aprovadas regionalmente.

Desta forma, este Caderno é o principal instrumento de trabalho da Conferência Estadual. Por esta razão o material foi organizado de maneira que pudesse facilitar a dinâmica dos Grupos, conforme os critérios abaixo indicados:

- O material foi organizado por eixo temático;
- Ao lado de cada proposta o leitor pode identificar a Pré-Conferência onde ela foi aprovada;
- Os textos originais foram preservados;
- As propostas iguais foram aglutinadas e na coluna de origem da proposta há a indicação de todas as Pré-Conferências onde elas foram aprovadas;
- As propostas similares foram inseridas uma abaixo da outra, com o objetivo de facilitar eventuais junções e ajustes nos Grupos de Trabalho;

Ao final do Caderno estão inseridas as moções aprovadas nas Pré-Conferências.

Ao contrário das propostas, as moções podem ser apresentadas na Plenária da Conferência Estadual. Para tanto, as novas moções precisam ser aprovadas nos Grupos de Trabalho ou conter assinatura de 5% dos Delegados e Delegadas presentes na Conferência (artigo 24 da Deliberação n. 36 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Estas moções devem ser encaminhadas em formulário próprio que estará à disposição dos participantes no dia da Conferência.

Bom trabalho a todas e todos!

Comissão Organizadora Estadual



Cidadania, Direitos Humanos e Meio Ambiente

PROPOSTA	ORIGEM
Atuar, prioritariamente, na implantação da política nacional de resíduos sólidos, estabelecida pela Lei nº 12.305/2010, especificamente obrigando os municípios a elaborarem e a implementarem seus planos municipais de resíduos sólidos, devendo priorizar a coleta seletiva e a reciclagem, com a criação de cooperativas e associações de catadores, formadas pelas pessoas físicas de baixa renda, evitando-se a incineração	ABCD Bauru
Atuar na defesa dos direitos das populações do Vale do Ribeira frente aos empreendimentos de grande impacto socioambiental, como barragens, mineração, silvicultura, petróleo e transposição das águas.	Vale do Ribeira
Exortar a Petrobrás e outras empresas que lidam com material químico a instalar o plano de contenção de emergência (Plano APELL) e habilitar os membros da sociedade civil por meio de treinamento para agir em situações emergenciais.	São José dos Campos
Exigir a implementação de políticas públicas de apoio e incentivo a associações de agentes ambientais de baixa renda.	Ribeirão Preto
Atuar contra o retrocesso e a degradação socioambiental, principalmente em relação aos projetos e empreendimentos que causem impactos ambientais, tais como a transposição do Rio Paraíba, a extração de areia, implantação de termoeletricas e incineradores de lixo, monoculturas de eucaliptos, fontes poluidoras, manejo de resíduos sólidos, utilização indiscriminada de agrotóxicos, buscando a implementação da Resolução 307 do Conselho Nacional do Meio Ambiente.	Taubaté
Criar um Núcleo Especializado de Proteção do Meio Ambiente e Agricultura, com a implementação de corpo técnico multidisciplinar (biólogo, arquiteto, urbanista, engenheiro agrônomo, antropólogo, historiador, engenheiro ambiental), devendo atuar prioritariamente na fiscalização dos licenciamentos ambientais conferidos pelos Municípios.	Taubaté
Criar um núcleo especializado para comunidades tradicionais, assegurando o cumprimento das normas internacionais e nacionais, principalmente o direito ao território, aos modos de produção e de vida tradicionais, à saúde e à segurança alimentar.	Vale do Ribeira

Cidadania, Direitos Humanos e Meio Ambiente

PROPOSTA	ORIGEM
Criar, imediatamente, o núcleo especializado de saúde e meio ambiente, com objetivo de fortalecer o SUS e o SISNAMA, concretizando o direito à saúde e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.	ABCD Araçatuba
Criar o Núcleo Especializado de Saúde, com corpo técnico, para atuar na política pública respectiva, com o intuito de fiscalizar, participar e auxiliar no planejamento desta política	Bauru Taubaté
Atuar pelo fortalecimento da rede de atenção psicossocial no Sistema único de Saúde (SUS) com ampliação do cuidado na atenção básica, Centros de Atenção Psicossocial (adulto, infanto-juvenil, álcool e drogas, leitos psiquiátricos e hospitais gerais, unidades de acolhimento transitório, residências terapêuticas e centros de convivência, adequando-a ao parâmetro populacional já previsto em normas editadas no bojo da Política Nacional de Saúde Mental.	Central - Criminal e Infância
Atuar na cobrança judicial e extrajudicial da implementação da Rede de Atenção Psicossocial em todo o Estado de São Paulo, priorizando os CAPS AD III (Centro de Atenção Psicossocial Especializado no Tratamento de Pessoas com Uso Problemático de Álcool e Drogas), leitos em Hospital Geral e outros serviços especializados para o atendimento de dependentes químicos (crianças, adolescente, adultos).	Araçatuba Jundiaí Mogi das Cruzes
Garantir a efetivação da política nacional da saúde mental e álcool e outras drogas, fiscalizando as comunidades terapêuticas e clínicas de internação públicas e privadas, dentro das diretrizes do sistema único de saúde.	Osasco
Que a Defensoria Pública atue para obter o fortalecimento da rede pública de tratamento e apoio ao usuário de drogas e sua família, evitando-se a internação compulsória, e especialmente, para obter que o CREAS atue preventivamente, com visitas domiciliares. Se caso, iniciar procedimento de tutela coletiva voltado para a criação de um CREAS AD.	Presidente Prudente
Ampliar espaços para atendimento especializado na saúde e assistência social de pessoas portadoras de distúrbios psíquicos e usuários de drogas.	São Carlos
Atuar na defesa da lei 10.216, garantindo a sua aplicabilidade, desinstitucionalização das pessoas e estruturação dos equipamentos públicos necessários para atender esta demanda.	Sorocaba
Atuar na fiscalização de eventuais violações de direitos humanos, notadamente em comunidades terapêuticas e asilos.	São José do Rio Preto



CADERNO DE PROPOSTAS

PROPOSTA	ORIGEM
Atuar junto aos órgãos competentes para a prestação de assistência à saúde de pessoas portadoras de alterações psíquicas que se recusam ao tratamento.	São Carlos
Criação e implementação de residências terapêuticas para pessoas com transtornos de desenvolvimento global.	Marília
Atuar junto aos órgãos públicos para auxiliar a população cigana na implementação de serviços de saúde especializados em doenças preponderantes.	Guarulhos
Garantir atendimento prioritário a pessoas com doenças graves pelas rede pública de saúde.	Presidente Prudente
Atuar pela plena efetivação do direito à saúde, buscando a ampliação do fornecimento de diagnósticos, tratamentos e medicamentos, a descentralização do atendimento especializado, a ampliação do número de profissionais e leitos, a melhoria do atendimento, a criação de ouvidorias municipais de saúde e atuar pelo fortalecimento do SUS, modelo estabelecido constitucionalmente contrapondo-se às iniciativas que visem à terceirização de serviços. (reiteração de proposta do II Ciclo).	Leste
Ampliação e fortalecimento da rede local de saúde pública.	Marília
Atuar na garantia do acesso universal à saúde, fiscalizando os contratos de serviços terceirizados, o uso dos recursos do SUS e a correta constituição e funcionamento dos conselhos de saúde.	Vale do Ribeira
Atuar institucionalmente contra a extinção dos CTA's (Centros de Tratamento e Aconselhamento), ligados às Secretarias Municipais da Saúde, com prestação dirigida ao atendimento aos portadores de HIV/AIDS, mediante especialização.	Ribeirão Preto
Articular e Mobilizar para que o Estado implante a Rede de Atendimento à Saúde (RAS) em Araçatuba, para que haja desvinculação entre Araçatuba e São José do Rio Preto.	Araçatuba
Fortalecimento da Defensoria Pública com intensificação da atuação na Regional Osasco, mediante ampliação do quadro de agentes e Defensores, com abertura de unidades nos Municípios onde a Defensoria Pública não está instalada, com enfoque na descentralização do atendimento, bem como a criação de posto especializado para atendimento à população em situação de rua na Regional Osasco.	Osasco
Atuar para garantir o serviço de atendimento à população de rua e usuários de drogas, bem como no que toca à segurança dos prestadores desse serviço.	São José do Rio Preto

Cidadania, Direitos Humanos e Meio Ambiente

PROPOSTA	ORIGEM
Exigir a abertura de albergues dotados de estrutura física e humana para atender as peculiaridades da população em situação de rua, por exemplo, albergues que acolham casais, pessoas com carroça e cachorros, e pessoas com uso problemático de drogas.	Jundiaí
Expandir o atendimento especializado à população em situação de rua para o interior, com foco especial na exigência de criação de albergues nas cidades onde eles não existem ou são insuficientes.	Jundiaí
Exigir a criação de banheiros e duchas públicas, concentrados especialmente nas áreas centrais das cidades.	Jundiaí
Atuar pela implementação no Estado de São Paulo do Sistema Único de Assistência Social, de acordo com suas regulamentações, especificamente quanto à existência de equipamentos, comando único de financiamento e controle social.	Taubaté
Fortalecer o número de Defensores no Estado de São Paulo e intensificar a atuação dentro das comunidades como instrumento de efetivação dos direitos sociais, estendendo o atendimento móvel da Defensoria Pública às pequenas cidades e bairros distantes dentro das regionais, com mutirões de atendimento. (reiteração da proposta do III Ciclo).	Bauru Leste
Atuar com mais ênfase na educação em direitos, principalmente nas comunidades e nas escolas, inclusive com a implementação da Defensoria Pública móvel, para atuação nos bairros periféricos e aproximação da comunidade.	São José do Rio Preto
Ampliar o quadro da defensoria no vale do ribeira, tendo um defensor público que atue especificamente em causas coletivas e que faça atendimento móvel.	Vale do Ribeira
Ampliar a atuação da Defensoria nos CIC's, inclusive com a prestação do atendimento multidisciplinar.	Norte-oeste
Atuar em defesa dos vendedores ambulantes, principalmente na ampliação e reconhecimento das áreas de trabalho, emissão de TPUs (Termo de Permissão de Uso) e fiscalização de irregularidades.	Leste
Cobrar transparência sobre os mecanismos de participação popular na administração pública municipal, modificando a forma de escolha dos dirigentes dos Conselhos Municipais a fim de evitar a inação contumaz derivada de indicação política.	São José dos Campos
Participar mais ativamente, independentemente de assento ou convite, nos Conselhos Municipais e Conferências, como forma de prestar suporte técnico aos usuários.	Taubaté



CADERNO DE PROPOSTAS

PROPOSTA	ORIGEM
Ampliação dos Centros de Referência e Apoio à Vítima para que referida rede abranja todos os municípios do estado de São Paulo.	Marília
Atuar prioritariamente no casos de violência policial, com amplo apoio às vítimas e seus familiares, com objetivo de evitar violações à dignidade humana, bem como apurar e responsabilizar a conduta de agentes policiais que cometeram abusos e ilegalidades.	Santos
Acompanhar ativamente os casos de violência policial, pleiteando providências nos inquéritos e atuando como assistente de acusação nos processos criminais.	Jundiaí
Organizar atendimento especializado para casos com indícios de atuação de grupos de extermínio, desde a fase de investigação, com vistas à correta identificação e punição de responsáveis.	Santos
Formalizar termos de cooperação com o poder público e com organizações da sociedade civil visando o atendimento especializado e multidisciplinar às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal.	Bauru
Atuar para a universalização dos serviços públicos, inclusive para os cidadãos residentes em loteamento irregulares.	São José do Rio Preto
Atuar em conjunto com a defensoria pública federal em temas onde haja competência de ambas as partes.	Vale do Ribeira

Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito

PROPOSTA	ORIGEM
Atuar nas questões fundiárias para garantir às comunidades tradicionais o domínio pleno de seus territórios assegurados constitucionalmente.	Vale do Ribeira
Atuar e apoiar junto ao Poder Público para viabilizar nos espaços públicos para a população e minorias sociais a criação de coordenadorias da mulher, dos negros (as), dos LGBT, de pessoas com deficiência, de população em situação de rua, do idoso, da juventude e outros nos Municípios do Estado de São Paulo e ampliação das DECRADI (Delegacia de Combate aos Crimes Raciais e Delitos de Intolerância).	ABCD
Política Pública da Defensoria Pública junto aos Municípios e aos Estados no sentido do respeito aos direitos das minorias, a fim de melhorar a prestação dos serviços públicos para tais grupos.	Mogi das Cruzes
Dar proteção jurídica em ações coletivas à população em situação de vulnerabilidade: populações em situação de rua, indígenas, ciganas e quilombolas.	Guarulhos
Realizar mutirões para atendimento e proposição das medidas judiciais a fim de buscar a efetivação de direitos difusos e de pessoas em situação de vulnerabilidade, por exemplo, para o ajuizamento de ações a fim de promover a alteração do registro civil de travestis e transexuais.	Campinas
Apoiar a participação de movimentos sociais representativos das minorias sexuais no Conselho Consultivo da Ouvidoria-Geral, como, p.ex, Associação Nacional de Travestis e Transexuais e Articulação Brasileira de Gays.	Ribeirão Preto
Intensificar a gestão sobre os Poderes Públicos Municipal, Estadual e Federal para a efetivação da política nacional de saúde integral da população negra.	ABCD
Promover ações afirmativas para ampliar a participação da mulher negra nos espaços institucionais e na vida política.	Sorocaba
Estabelecer parceria com entes municipais para fomentar a implementação e/ou fortalecimento de Conselhos Municipais do Negro, visando posteriormente a aplicação de políticas públicas à população negra.	São José do Rio Preto



PROPOSTA	ORIGEM
Atuar junto aos órgãos públicos para efetivação da Política Nacional Integral à Saúde da População Negra e Política Nacional Indígena.	Guarulhos
Buscar a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que tornam obrigatório o ensino de história e cultura africana, afrobrasileira e indígena.	Jundiaí
Atuação junto a rede pública de saúde, mais especificamente junto aos Prontos Socorros e Hospitais, para que não se discrimine pessoas com transtornos mentais visando a criação e ampliação de leitos psiquiátricos.	Sul
Fiscalizar as políticas de cotas sociais/raciais nas universidades públicas e particulares, escolas técnicas, serviço público e empresas privadas, inclusive firmando posicionamento institucional acerca do tema.	Campinas
Atuação da Defensoria para que sejam implantados modelos de cotas para pessoas com deficiência nas universidades.	São Carlos
Atuação da Defensoria Pública para que sejam implementadas políticas públicas de caráter municipal no sentido de coibir a prática de quaisquer atos de natureza discriminatória em face da população de rua.	Bauru
Realização de atividades de educação em direitos regionais, em prol do combate à discriminação, tais como: seminários, plantões de atendimento em parceria com instituições de ensino e divulgação pelo poder público, com antecedência mínima de 90 dias.	Santos
Promover grupos de discussão, com apoio das universidades e grupos sociais específicos, para levar para a população o tema do Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito.	Taubaté
Fomentar, em parceria com a sociedade Civil, a realização de eventos, debates, fóruns de discussões, seminários e congressos na temática de combate à discriminação, racismo e preconceito no Estado de São Paulo, divulgando a existência e atividades do Núcleo Especializado de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito.	Jundiaí
Promover, junto ao poder público, curso de capacitação para os professores e demais profissionais de educação, da saúde e outros, visando o combate de todas as formas de discriminação em geral (racial, LGBT, moradores de rua, adictos, pessoas com HIV/AIDS, pessoas com deficiência, etc.).	Osasco São Carlos
Diálogo com as instituições de ensino superior privadas, contribuindo com a formação dos futuros profissionais, sobretudo da área de humanas, visando atendimento inclusivo.	Sul

Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito

PROPOSTA	ORIGEM
Viabilizar a participação do Núcleo Especializado de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito da Defensoria Pública nas reuniões do Comitê Estadual de Combate à Homofobia.	Ribeirão Preto
Atuar no fortalecimento dos diversos conselhos municipais inerentes ao combate as intolerâncias.	São José dos Campos
Garantir que nos cursos de formação de Defensores Públicos, servidores e estagiários da DPESP seja abordada a temática do combate à discriminação e respeito à diversidade (de gênero, racial, religiosa, social, entre outras). Ainda, a Defensoria Pública deverá promover ciclos de atualização de forma periódica, com a abordagem de tais temas. (reiteração da proposta do III Ciclo)	Campinas
Promover o combate ao racismo institucional e ambiental, realizando o núcleo de combate a discriminação, racismo e preconceito a articulação com outros atores e a capacitação dos defensores para atuação local.	Vale do Ribeira
Maior aproximação dos Defensores Públicos junto às comunidades carentes, promovendo multirões para orientação das pessoas e promoção do trabalho da Defensoria Pública.	Mogi das Cruzes
Promover a superação do racismo, da homofobia e de outras discriminações institucionais na segurança pública por meio de educação em direitos, buscando em especial a capacitação de agentes de segurança pública nesse sentido.	Jundiaí
Realização de Ciclo de palestras na Capital e Interior sobre discriminação em geral (racial, LGBT, moradores de rua, adictos, pessoas com HIV/AIDS, pessoas com deficiência ect.), com o relato de experiências de vida de pessoas que são vítimas de discriminação.	São Carlos
Atuação da Defensoria junto ao Ministério da Saúde para que não haja descentralização do atendimento a pessoas com HIV/AIDS, permanecendo os Centros Especializados, para se evitar a discriminação nos postos de saúde próximos do local de residência do usuário.	São Carlos
Capacitar um ou mais Defensores Públicos por unidade de atendimento especializado em questões de discriminação racial, estabelecendo-se uma Coordenação de Combate à Discriminação por Regional, visando à interlocução com os órgãos da rede e com o Núcleo Especializado na Capital, além do atendimento às vítimas.	Guarulhos
Descentralização do núcleo de combate à discriminação, racismo e preconceito para as regiões periféricas.	Leste



CADERNO DE PROPOSTAS

PROPOSTA	ORIGEM
Criar cargos de defensores públicos com atribuições específicas na tutela de direitos das comunidades tradicionais, em destaque as quilombolas.	Vale do Ribeira
Fortalecer o número de Defensores no estado de São Paulo e intensificar a atuação dentro das comunidades como instrumento de efetivação dos direitos sociais, estendendo o atendimento móvel da Defensoria Pública às pequenas cidades e bairros distantes das regionais como mutirões de atendimento. (reiteração da proposta do III Ciclo)	Araçatuba
Apoiar a interiorização de delegacias especiais em crimes raciais e delitos de intolerância (Decrad).	Araçatuba Santos
Atuar na implantação de delegacias especializadas em crimes raciais e de combate à intolerância e de centros de referências municipais, com atendimento multidisciplinar, visando o recebimento de demandas com o encaminhamento a rede municipal.	São José dos Campos
Uma maior atenção e fiscalização da Defensoria Pública em relação às violações discriminatórias que ocorrerem na mídia e redes sociais, viabilizando um canal de denúncia.	Bauru
Implementar medidas para a responsabilização dos meios de comunicação que divulguem conteúdo que implique a discriminação, estigmatização ou criminalização de setores sociais.	Guarulhos
Garantir o direito igual à opinião e à manifestação do pensamento, por qualquer grupo agredido nas suas liberdades individuais, sem privilégios.	Sorocaba
Atuar no sentido de intensificar a interpretação de que o casamento religioso se dá entre homem e mulher.	Araçatuba

Direitos do Consumidor

PROPOSTA	ORIGEM
Elaboração de cartilha especializada em crédito consignado.	Santos
Criação de um manual ilustrado de compra consciente, com linguagem fácil e acessível, contemplando: a necessidade ou não da compra, se há condições de pagar, modo de exercício do direito de garantia, pesquisa de preço e referências do estabelecimento.	Santos
Divulgar canais e formas de defesa do consumidor.	Guarulhos
Atuar na educação em direitos do consumidor, especialmente nos direitos do consumidor idoso, da pessoa com deficiência e nas escolas, com foco nos interesses da criança e adolescentes.	Mogi das Cruzes Presidente Prudente São José dos Campos
Aplicar a intensificação da política institucional de educação em direitos, criando programas permanentes de prevenção e informação junto a entidades sociais, escolas, órgãos públicos e meios de comunicação, de reclamações com a função de atuar em questões coletivas, principalmente as de relevante impacto social e econômico.	Sorocaba
Atuar junto à sociedade civil e fornecedores, especificamente em mutirões de cidadania, palestras em escolas e outros eventos, para divulgação e conscientização dos direitos do consumidor.	Santos
Atuar na educação em direitos para o consumidor consciente, visando evitar o superendividamento da população mais vulnerável e implementação do termo de Cooperação celebrado entre a Defensoria Pública e a Fundação PROCON.	Araçatuba
Atuar pela implementação do termo de cooperação celebrado pelo Defensoria Pública e a Fundação Procon.	São José do Rio Preto
Entrar com ações para garantir os serviços públicos de água e luz, quando há risco de corte por falta de pagamento, ou quando tais serviços ainda não foram regularizados pelas autoridades competentes, para que moradores(as) não sofram penalidade administrativa ou criminal (furto de energia)	Leste
Coibir práticas abusivas de instituições financeiras, no sentido de coagir e cooptar idosos e deficientes, para empréstimo consignado.	Presidente Prudente
Garantir a gratuidade em transportes intermunicipais para pessoas com deficiência nos termos da lei 8.899/94.	São José dos Campos
Criar câmaras de conciliação para Direitos do Consumidores superindividados dentro da Defensoria Pública	Taubaté



Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência

PROPOSTA	ORIGEM
Criar o Núcleo Especializado de Saúde Mental, incorporando todas as questões que estavam sendo encaminhadas para o Núcleo de Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência.	Central - Criminal e Infância
Cindir o Núcleo do Idoso e da Pessoa com Deficiência na Defensoria Pública, para criação dos Núcleos Especializados do Idoso e das Pessoas com Deficiência e Patologia, pois os assuntos destas esferas devem ser tratados separadamente e com mais eficiência, com aumento do número de cargos de Defensores Públicos com atuação específica em favor de idosos e de pessoas com deficiência. (reiteração da proposta do III Ciclo)	São Carlos Sorocaba
Divulgar os direitos dos idosos e formas de instrumentalização dos mesmos, através de palestras e cursos voltados aos idosos, seus familiares, bem como aos profissionais que atuam junto a essa parcela da população, em especial aos cuidadores	Campinas
Fomentar a realização de campanhas continuadas nos meios de comunicação pelo respeito das pessoas idosas e com deficiência	Santos
Realizar através do Núcleo do Idoso capacitação dos funcionários das UBS'S a respeito dos direitos dos idosos, formas de atendimento, assim como interceder junto à respectiva Secretaria para que haja profissionais geriatras em todas as UBS's	São José do Rio Preto
Atuar junto aos órgãos públicos para disponibilizar em prol de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida ou transtornos mentais: capacitação e humanização dos profissionais de saúde e demais áreas responsáveis pelo atendimento. (reiteração da proposta do II Ciclo)	Bauru
Buscar a implementação do art. 22 do Estatuto do Idoso: "Nos currículos mínimo dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria".	Jundiaí
Atuar junto aos órgãos públicos para disponibilizar em prol de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida ou transtornos mentais: inclusão na rede regular de ensino, bem como o transporte escolar devidamente adaptado, observando-se as especificidades relativas às necessidades dos usuários.	Ribeirão Preto

Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência

PROPOSTA	ORIGEM
Exigir o cumprimento e ampliação das políticas culturais e de educação inclusiva em todos os níveis de ensino (básico, fundamental, médio, infantil, superior e técnico) para as pessoas com deficiência e transtorno global de desenvolvimento independente da faixa etária, atuando para a criação de Escolas de Jovens e Adultos - EJA - voltadas para idosos e pessoas com deficiência em todos os municípios do Estado de São Paulo.	Bauru
Exigir o cumprimento e ampliação das políticas culturais e de educação inclusiva em todos os níveis de ensino (básico, fundamental, médio, infantil, superior e técnico), nas redes públicas e privadas, devendo ser implementada tecnologia assistiva às pessoas com deficiência.	Guarulhos
Considerando o perfil da pessoa com deficiência e, sendo recomendado, postular em favor dela a suplementação do atendimento educacional em instituições idôneas que prestam atendimento especializado	Araçatuba
Garantir junto às instituições de ensino nos níveis básico, médio e superior a inclusão de todos os tipos de deficientes, entendendo inclusão como: garantir por meio de tratamento e avaliação diferenciadas conforme sua deficiência (por profissional capacitado para tal), para a obtenção de igualdade de condições de aprendizagem e ingresso no mercado de trabalho	São José do Rio Preto
Atuar junto aos órgãos públicos para disponibilizar em prol da pessoa com deficiência, mobilidade reduzida ou transtornos mentais: inclusão na rede regular de ensino, observando-se as especificidades relativas às necessidades dos usuários, com a criação dos agentes de inclusão junto às salas de aula.	Central - Criminal e Infância
Atuação junto aos Poderes Públicos visando a assegurar o incremento do número de profissionais (mediadores e cuidadores) às pessoas com deficiência na rede de ensino, bem como garantir o cumprimento do disposto em legislação acerca da efetiva atuação e presença destes profissionais.	Guarulhos
Estimular políticas públicas que possibilitem a inclusão permanente dos profissionais formados em educação especial no ensino regular público e privado, bem como promover a integração destes profissionais com os alunos.	São Carlos
Atuar junto ao poder público para que os cuidadores de pessoas com deficiência dentro do sistema de educação recebam treinamento e, que o ingresso e permanência no serviço público tenha como requisito formação específica e continuada no atendimento prestado a essas pessoas.	Araçatuba
Atuar junto aos órgãos de competências para disponibilizarem em prol dos idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade a implantação de projetos voltados para inclusão de cuidadores nas equipes de atenção primária para cuidados contínuos.	Marília



CADERNO DE PROPOSTAS

PROPOSTA	ORIGEM
Apoiar a criação de Fórum para a discussão da profissão do (a) cuidador (a) dos (as) idosos (as) e deficientes e suas responsabilidades legais.	Presidente Prudente
Garantir o acesso aos serviços de saúde às pessoas com deficiência, com atenção especial a diagnósticos precoces, assegurando-se agilização na marcação de consultas, exames, tratamentos, medicação e cirurgias médicas, e implantação de programa de cuidadores para pessoas com deficiência que não tenham amparo familiar.	Mogi das Cruzes
Refinar a relação entre a Rede de Assistência e a Defensoria para facilitar os processos para aquisição de medicação, fraldas, materiais e insumos, dieta, transporte e meios auxiliares de locomoção (cadeira de rodas, muleta, ortese e prótese).	Bauru
Agilizar os processos administrativos e judiciais, visando à aquisição de medicamentos, próteses e órteses (ex. ocular), procedimentos cirúrgicos, fraldas geriátricas, suplementos alimentares e a adoção de procedimentos necessários ao atendimento da saúde das pessoas com deficiências e idosos.	Presidente Prudente
Pleitear a criação de cadastro único dos idosos e das pessoas com deficiências, para acesso a remédios de alto custo e dietas industrializadas, independente do local onde estiverem; com locais próximos de distribuição.	Osasco
Defensoria Pública atuar, junto ao Poder Público, visando garantir o tratamento aos idosos, portadores de transtorno mental nas UBS.	Norte-oeste
Atuar perante os órgãos públicos para que seja disponibilizado no sistema público de saúde - SUS - profissionais especializados tais como geriatras e neurologistas.	Sul
Atuar pela efetivação do atendimento especializado às pessoas com anemia falciforme, esclerose múltipla e mal de Alzheimer.	ABCD
Atuar na garantia de direito para a cobertura e humanização do tratamento ambulatorial preventivo e de doenças às pessoas com deficiência, transtornos e idosos, assegurando ainda o transporte público específico e gratuito.	Araçatuba
Atuar especificamente, através da Defensoria Pública, pelo cumprimento da legislação referente ao acesso da pessoa com deficiência, com mobilidade reduzida e idosos em ônibus municipais, intermunicipais, interestaduais e rodoviários, inclusive com a disponibilização de transporte especial adaptado e sem reduzir sua capacidade econômica (entendendo acesso como: entrada e permanência dentro do veículo, sinalização sonora e visual, braile, elevador e espaço para cadeirantes e obesos, entre outros). (reiteração da proposta do III Ciclo)	Mogi das Cruzes Ribeirão Preto São Carlos Sorocaba Sul

Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência

PROPOSTA	ORIGEM
Articular a elaboração de projeto de lei visando a garantir a extensão do passe-livre no transporte aéreo às pessoas com deficiência, direito já assegurado em transporte rodoviário, aquaviário e ferroviário interestadual.	Mogi das Cruzes
Em parceria com as instituições que prestam atendimento às pessoas com deficiência, após a priorização das necessidades, postular judicial e extrajudicialmente a resolução dos problemas de acessibilidade, tais como: irregularidades nos passeios públicos; ausência de sinalização sonora nos principais semáforos da cidade; ausência de guias rabaixadas nas vias públicas.	Araçatuba
Atuar junto aos órgãos públicos para disponibilizar em prol de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, acessibilidade plena às instalações públicas e privadas de uso comum, bem como acessibilidade em vias públicas e particulares, inclusive com adequação e fiscalização do poder público.	Sul
Atuar pela garantia de que os órgãos responsáveis pela aprovação de plantas, "habite-se", somente o faça se estiverem sendo respeitadas as regras de acessibilidade das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, inclusive com a colocação de elevadores nas habitações populares para acesso aos andares mais elevados.	Sul
Atuar em relação à acessibilidade física em vias públicas ou particulares (piso tátil, iluminação adequada, sinalização sonora e calçamento), inclusive adequação, com fiscalização do Poder Público, assim como em relação às demais formas de acessibilidade (informatização, comunicação, dentre outras), garantindo-se que os órgãos responsáveis pela aprovação de plantas e expedição do habite-se, somente o faça se estiverem sendo respeitadas as regras de acessibilidade. (reiteração da proposta do III Ciclo)	Presidente Prudente Santos Sorocaba
Encaminhar ao Ministério Público para que este ingresse com ações visando a quebra de barreiras físicas que dificultam a locomoção de pessoa idosas, com deficiência e com mobilidade reduzida.	Marília
Incentivar a não contratação ou não renovação de contratos de locação de órgãos públicos que tenham como objeto imóveis sem condições de acessibilidade a pessoas com deficiência.	Santos
Promover a tutela da Lei Paulo Delgado, para concretização de políticas públicas para implementação de Residências Terapêuticas, Lares Abrigados, Pensões Protegidas, Oficinas Terapêuticas, Centro de Apoio Psicossocial (CAPS), bem como a sugestão de um cadastro junto ao "Programa Federal Viver Sem Limites" para a obtenção dos recursos necessários.	Ribeirão Preto
Atuar para implementação de centros de referência da saúde do idoso.	São José dos Campos



CADERNO DE PROPOSTAS

PROPOSTA	ORIGEM
Atuar junto aos órgãos públicos pra disponibilizar em prol das pessoas com deficiência , mobilidade reduzida ou transtornos mentais: Centros de Atendimento Especializado (reiteração da proposta do II Ciclo).	Sorocaba
Atuar pela criação de Centros-Dias, Espaços de Convivência, Pólos de Capacitação, Residências Assistidas e Residências Terapêuticas, , Hospitais de Retaguarda e Instituições de longa permanência, inclusive a Idosos, Pessoas com Deficiência e com transtorno global de desenvolvimento, observando-se as características e peculiaridades de cada tipo de deficiência, , especialmente a partir dos 35 anos, que ofereçam capacitação e atividades multidisciplinares, tais como esporte, lazer e, que sejam acessíveis a todas as pessoas com deficiência, com a inclusão social e da família, bem como a sugestão de um cadastro junto ao “Programa Federal Viver Sem Limites” para a obtenção dos recursos necessários. (reiteração da proposta do III Ciclo com alteração de redação)	Jundiaí Osasco Presidente Prudente Ribeirão Preto São Carlos Sorocaba
Atuar para desjudicialização e promoção de audiências públicas com os órgãos públicos para efetivação dos direitos de cidadania dos idosos e das pessoas com deficiência já garantidos em Lei, e ampliar novos direitos, tais como creche para idosos, centro de convivência residências terapêuticas e implementação dos CAPS previstos em lei, etc, para idosos e pessoas com deficiência.	Leste
Atuar para a realização de audiências públicas trimestrais regionais com a direção regional de assistência social, direção regional de saúde, conselho regional de saúde e educação estadual, na região do Vale do Ribeira, para exigir melhoria nos serviços de saúde e de educação, inclusive por meio de termo de ajustamento de conduta	Vale do Ribeira
Atuar junto aos órgãos públicos para viabilizar programas habitacionais e de locação social para idosos e pessoas com deficiência com rendimentos de até 03 (três) salários-mínimos.	Central - Criminal e Infância
Atuar junto aos órgãos públicos para disponibilizar em prol das pessoas com deficiência e idosos moradia supervisionada para dependentes de cuidados básicos desprovidos de vínculo familiar.	Sul
Atuar em conjunto com o Poder Legislativo para mudanças no critério de concessão do BPC para as pessoas, independentemente da renda familiar, bem como para que haja a inclusão do 13º salário no benefício.	Leste
Trabalhar na aprovação do Projeto de Lei n.º 4434/2008 que tramita no Congresso Nacional e que trata de revisão de benefícios do INSS.	Taubaté
Proposta Legislativa para que o benefício de prestação continuada previsto na LOAS seja ampliado, analisando a renda individual, ao invés da renda per capita.	Taubaté

Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência

PROPOSTA	ORIGEM
Garantir profissionais especializados em libras para atendimento em todas as áreas, públicas ou privadas, da educação, saúde, assistência social, poder judiciário, dentre outros, podendo se materializar pela criação de uma Central de Libras ou outra forma que garanta a efetivação do direito.	Mogi das Cruzes
Atuar através do Núcleo do Idoso e da Pessoa com Deficiência pela implementação e a fiscalização da Lei Federal n. 10.436, de 24 de abril de 2000, e do Decreto Federal n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, no sentido de garantir o intérprete de libras nos concursos públicos e o respeito da língua de libras em todas as etapas do certame, sem prejuízo da fiscalização da correta aplicação de todas as normas estaduais e municipais que tratam de cota para as pessoas com deficiência.	Osasco
Atuar pela criação de transporte escolar específico de pessoas autistas, municipal e intermunicipal, nas regiões em que este serviço não é prestado ou é prestado de forma insuficiente.	Osasco
Trabalhar para a criação de centros de atendimento integral a pessoa com deficiência intelectual e autismo.	São José dos Campos
Garantir que seja cumprida a lei das prioridades de atendimento aos idosos e as pessoas com deficiência/ autismo	São José dos Campos
Interceder em todo o Estado a favor de idoso e pessoas com deficiência em situação de rua, realizando atendimento para verificação de sua condição social e jurídica.	São José do Rio Preto
Patrocinar ações judiciais e medidas extrajudiciais contra familiares que promovam abusos à pessoa idosa e/ou deficiente.	Presidente Prudente



Habitação, Urbanismo e Conflitos Agrários

PROPOSTA	ORIGEM
Atuar especificamente na regularização fundiária com um defensor em cada Unidade.	Mogi das Cruzes
Garantir um defensor público especializado na área de habitação e urbanismo e/ou conflitos territoriais de comunidades tradicionais em cada unidade e, na impossibilidade, um defensor público especializado em cada regional	São José dos Campos Sul Vale do Ribeira
Criar Núcleos Especializados em Habitação e Urbanismo no âmbito regional, bem como espaços de articulação e acompanhamento de políticas públicas junto com movimentos sociais.	ABCD
Descentralizar os Núcleos Especializados para atuação junto às macro regiões da DP e a criação de um cargo de defensoria pública especializada na tutela dos interesses difusos e coletivos em cada unidade da Defensoria Pública, com a atuação do Núcleo Especializado em Habitação e Urbanismo em processos de despejo forçados em comarcas onde não haja, ainda, unidade implementada Defensoria Pública .	Santos
Criar cargo de Defensor Público nas unidades da DPE com atribuição específica na área coletiva, especialmente na temática de Habitação e Urbanismo.	Marília
Descentralizar o Núcleo especializado de Habitação e Urbanismo, ampliando o número de defensores públicos e a equipe multidisciplinar nas unidades, com especial atenção aos usuários atingidos por megaprojetos.	Leste
Implementar a Defensoria Pública em todas as comarcas do estado, para permitir a efetividade das demandas populacionais.	Santos
Fortalecer o Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo, com ampliação do número de Defensores Públicos com dedicação exclusiva, ampliando os canais de trocas de experiências entre os defensores do Núcleo e os defensores das Unidades	Central - Criminal e Infância
Criar núcleo especializado de conflitos agrários, no interior do Estado de São Paulo, que tenha como atribuições, dentre outras, assessorar os movimentos sociais envolvidos em conflitos agrários, fiscalizar ocupação de terras públicas por empresas privadas e buscar, extrajudicial e judicialmente, a regularização fundiária em assentamentos agrários (reiteração da proposta do III Ciclo).	Ribeirão Preto

Habitação, Urbanismo e Conflitos Agrários

PROPOSTA	ORIGEM
Criar um núcleo especializado em conflitos agrários, incluindo entre as atribuições deste núcleo o acompanhamento in loco das ocupações e episódios de desocupação e reintegração de posse, e mapear, em parceria com os movimentos sociais, os processos criminais aos quais os militantes respondem, que podem caracterizar-se como criminalização dos movimentos sociais (reiteração da proposta do III Ciclo e alteração da redação).	Bauru
Atuar em favor das pessoas em situação de rua, com a criação de núcleos de defesa dos interesses difusos coletivos desta população, buscando incluí-los nas demandas dirigidas dos empreendimentos habitacionais direcionados às pessoas de baixa renda.	Bauru
Capacitar os defensores públicos em cada regional para atuar como mediadores entre prefeitura, proprietários de terra e possuidores, visando a regularização fundiária.	Sorocaba
Criar grupo de trabalho nas unidades da Defensoria Pública do Estado para tratamento das questões urbanísticas, habitacionais e agrárias, com participação de representantes da sociedade civil e com garantia de realização de reuniões mensais.	Ribeirão Preto
Ampliar e reforçar convênios e parcerias com entidades representativas dos moradores, por meio da assistência multidisciplinar, a regularização fundiária e a urbanização de interesse social.	Leste
Aperfeiçoar os canais de diálogo entre a Defensoria Pública e os movimentos sociais para: a) Promover educação em direitos relacionada à temática de habitação e urbanismo; b) Assessorá-los juridicamente; c) Promover audiências públicas; d) Promover cursos de formação de lideranças e assessoramento dos movimentos sociais e associações de moradores de bairro; e) Defender os militantes dos movimentos sociais e comunidades vulneráveis em processo de criminalização. (reiteração de proposta do III Ciclo)	Marília
Zelar pela implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor.	Santos
Acompanhar as proposições de ordem urbanística do Poder Legislativo Municipal que afetem a moradia, trabalho e circulação da população de baixa renda, discutindo a lei do abairramento (reiteração de proposta do II Ciclo).	Bauru
Acompanhar e cobrar do Município o mapeamento de áreas de risco, divulgando para a sociedade os resultados.	Guarulhos
Evitar a criação de novas favelas e atuar pela desfavelização das que existem	Marília



CADERNO DE PROPOSTAS

PROPOSTA	ORIGEM
Intervir junto à Secretaria de Habitação para que haja a reavaliação do perfil dos loteamentos, para que a existência de moradores que não se classifiquem como de baixa renda não prejudique o atendimento destes	São José do Rio Preto
Buscar judicial e extrajudicialmente, no âmbito do direito a moradia: a regularização fundiária de assentamentos precários ou subsidiariamente, o reassentamento da população, combatendo a segregação socio-espacial, garantido o título de posse, com espaço de convivência social e a instalação de equipamentos públicos para desenvolvimento econômico, cultural e social.	Leste
Cobrar da Prefeitura o rápido cadastramento dos loteamentos regularizados perante a Secretaria da Fazenda	São José do Rio Preto
Atuar pelo reforço da fiscalização, por parte do Poder Público, para impedir a criação dos loteamentos irregulares e as construções que prejudiquem sua regularização	São José do Rio Preto
Atuar extrajudicial e judicialmente no âmbito de proteção do direito a moradia e do direito a cidade na regularização fundiária de assentamentos informais, em áreas particulares, públicas e de mananciais, valendo-se prioritariamente dos instrumentos da Lei nº 11.977/2009.	ABCD
Promover a defesa dos moradores atingidos por intervenções do Poder Público, de modo a garantir a regularização fundiária e, quando necessário, o reassentamento adequado, com efetiva participação popular.	Sul
Dar preferência ao usucapião coletivo em detrimento ao usucapião individual, com a atuação nestes casos pela Defensoria Pública do Estado e não por entidades conveniadas.	Ribeirão Preto
Atuar, extrajudicial e judicialmente, de forma prioritária, nos mega projetos e Copa de 2014, com vistas a salvaguardar o direito à moradia e o direito à cidade de forma a evitar despejos forçados e os efeitos da especulação imobiliária, em especial em áreas definidas pelo Plano Diretor como ZEIS (Zona de Especial Interesse Social) (reiteração de proposta do III Ciclo).	Campinas e Central Criminal e Infância
Atuar extrajudicial e judicialmente contra os impactos sociais e ambientais decorrentes de grandes empreendimentos viários, industriais e demais modalidades, realizando, dentre outras providências, análise de relatórios de estudo de impacto ambiental e vizinhança, com vistas a salvaguardar o direito à moradia e à cidade de forma a evitar despejos forçados e os efeitos da especulação imobiliária.	Santos

Habitação, Urbanismo e Conflitos Agrários

PROPOSTA	ORIGEM
Atuar junto com os movimentos sociais na implementação e fortalecimento de políticas públicas habitacionais, em especial para fomentar a criação de unidades de habitação de interesse social e a criação de políticas habitacionais provisórias com vinculação ao atendimento definitivo para pessoas em situação de vulnerabilidade social (pessoas que residem em áreas de risco, em situação de iminente despejo, em situação de rua, etc.).	ABCD
Fazer monitoramento constante das ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) para que as áreas sejam efetivamente respeitadas como áreas de habitação de interesse social.	Sul
Atuar junto aos órgãos públicos para a criação de abrigos destinados à alocação emergencial de famílias que tenham perdido sua moradia por ordem judicial	Osasco
Atuar, junto ao Poder Público, para a regionalização dos critérios de atendimento dos programas federais de incentivo à moradia, especialmente no que se refere ao aumento da renda mínima dos beneficiários dos programas habitacionais da região sudeste.	Mogi das Cruzes
Pleitear, junto ao Poder Público, a redução do tempo de espera para aquisição de moradia por meio dos programas públicos de financiamento habitacional.	Central - Criminal e Infância
Buscar judicial e extrajudicialmente, no âmbito do direito à moradia: a implementação de políticas públicas de financiamento de imóveis para a população carente	Marília
Assessorar juridicamente, inclusive extrajudicialmente, em relação aos contratos de aquisição de unidades habitacionais advindas das Políticas Públicas.	Araçatuba
Atuar na fiscalização dos programas sociais de habitação na escolha dos contemplados e no cumprimento da legislação, por exemplo com relação à demanda dirigida da CDHU, à Lei "Cidade Illegal" e Lei "Minha Casa Minha Vida"; garantindo-se transparência.	Osasco
Cobrar transparência nas listas de espera dos programas de financiamento público para habitação.	Campinas
Garantir a participação popular em políticas urbanas, em especial na revisão do plano diretor e relacionadas à infraestrutura (água, luz, transporte coletivo, etc.) e habitacionais.	ABCD
Garantir que nos processos judiciais a população envolvida no conflito seja efetivamente ouvida pelo Poder Judiciário, por exemplo por meio de Audiências Públicas.	Osasco



PROPOSTA	ORIGEM
Fiscalizar os conselhos e audiências públicas, como instrumentos de participação popular, assegurando a efetiva participação da população nesses instrumentos e, se necessário, utilizar meios processuais para questionar sua legalidade.	Taubaté
Criar uma câmara setorial dentro da Defensoria Pública para se buscar uma solução amigável dos conflitos de moradia, habitação e urbanismo, por exemplo nos conflitos de reintegração de posse, com a participação de todos os envolvidos (poder público, famílias, comunidades, entidades, concessionárias de serviços públicos, proprietários).	Osasco
Criar uma câmara de conciliação dentro da Defensoria Pública para se permitir uma efetiva participação da população interessada com relação a empreendimentos urbanísticos autorizados pelo Poder Público em áreas de ZEIS.	Osasco
Exigir das defensorias regionais uma política de cobrança periódica do Poder Público, exigindo o acesso ao estudos e mapeamento urbanísticos, disponibilizando-os à sociedade civil, com vistas a dar transparência à política pública na região.	Sorocaba
Buscar judicial e extrajudicialmente a efetivação do controle social dos programas e políticas públicas urbanas (de habitação de interesse social, de mobilidade urbana, desenvolvimento urbano) visando prevenir e combater violações à lei (Sabesp, Prefeituras, Itesp, Eletropaulo, etc...), garantir a ampliação dos serviços públicos às regiões ainda não contempladas e garantir a qualidade dos serviços públicos prestados	Central - Criminal e Infância
Assessorar moradores nos projetos de moradia, para garantir a instalação dos serviços públicos essenciais, buscando a regularização urbanística, inclusive nos loteamentos irregulares.	São José dos Campos
Atuar na área de saneamento básico nas comunidades ocupadas e irregulares.	Mogi das Cruzes
Garantir a extensão dos serviços públicos essenciais aos loteamentos clandestinos e irregulares (reiteração de Proposta do Ciclo I).	Santos São José do Rio Preto
Atuar judicial e extrajudicialmente na tutela do meio ambiente, especialmente nas seguintes questões: degradação causada por aterros sanitários e lixões	Marília
Promover ação de combate à contaminação por agrotóxicos dos moradores rurais residentes próximos às plantações	Vale do Ribeira
Priorizar a defesa individual ou multitudinária em ações coletivas promovidas em favor do meio ambiente que ponham em risco o direito à moradia.	São José dos Campos
Atuar conjuntamente com a defensoria pública da união para a resolução das questões territoriais das comunidades tradicionais	Vale do Ribeira

Habitação, Urbanismo e Conflitos Agrários

PROPOSTA	ORIGEM
Atuar preventivamente, judicial ou extrajudicial, buscando a exigência da mitigação dos riscos de forma prioritária em relação a remoção forçada dos moradores.	São José dos Campos
Prevenir e atuar no combate a toda forma de violência policial e da guarda municipal contra moradores de rua, sem-terra, sem-teto, em reintegração de posse de áreas urbanas e rurais.	Sul
Acompanhar a fiscalização da regularidade dos loteamentos colocados a venda.	São José dos Campos
Atuar judicialmente no âmbito do direito à moradia com vistas a desconstituir títulos executivos judiciais que estejam em desconformidade com os tratados internacionais, Constituição Federal e Legislação Urbanística.	ABCD
Garantir a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental (reiteração de proposta do Ciclo II)	Taubaté
Pleitear junto à Secretaria de Serviços Gerais a manutenção das ruas.	São José do Rio Preto
Capacitar, por meio de educação em direitos, a sociedade civil para mobilizar os movimentos populares na área da Habitação, Urbanismo e Conflitos Agrários, Urbanismo e Conflitos Agrários a fim de assegurar a participação na gestão pública (audiências públicas, conselhos, conferências, elaboração do estatuto da cidade, etc.).	Taubaté
Ampliar a educação em direitos em matéria de habitação e urbanismo, atuando de maneira preventiva em relação aos conflitos.	São Carlos
Realizar curso de direitos fundamentais da constituição brasileira, garantida a prévia divulgação, participação dos moradores do bairro e seu envolvimento na exigência de políticas públicas com devolutiva pelos órgão competentes, em prazo curto a ser acompanhado pela Defensoria e pelos moradores	Leste
Promover a constante educação/formação em direitos concernente à habitação nas comunidades. Nesse sentido, realizar, no mínimo, três cursos de capacitação a cada 2 anos (na Capital, Litoral e Interior).	Sul
Promover, em parceria com os movimentos sociais, a educação em direitos em matéria de habitação, urbanismo e conflitos agrários para o fim de conscientizar as pessoas acerca de seus direitos e dos meios de concretizá-los (esclarecimentos sobre tarifas sociais regularização fundiária, compra e venda, pós-ocupação e orientação para titulares de concessão de direitos reais)	Central - Criminal e Infância



Infância e Juventude

PROPOSTA	ORIGEM
Atuação da Defensoria Pública, inclusive por meio de visitas aos equipamentos, no sentido de viabilizar o exercício do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes acolhidos e/ou em processo de adoção, integrando assistência jurídica e social, na implementação dos ditames do ECA, do SUAS e do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária	ABCD Marília São Carlos Vale do Ribeira
Atuar junto ao Poder Público para a criação de programas de acompanhamento de egressos de unidades de internação, visando a reintegração familiar, desde o momento da apreensão, em conjunto com a Fundação Casa.	Presidente Prudente
Reforçar a atuação política do Núcleo Especializado da Infância e Juventude por meio da participação na formulação dos Planos Estadual e Municipal de atendimento socioeducativo, garantindo o enfrentamento direto da revista vexatória, a elaboração de plano de egressos e a capacitação em direitos humanos, a partir de uma perspectiva popular, no interior das Unidades de Atendimento Socioeducativo de Internação	Central - Criminal e Infância
Assegurar o correto cumprimento das medidas socioeducativas, preferencialmente em meio aberto, exigindo-se, nos casos de medida em meio fechado ou semiliberdade, a observância de condições mínimas legais para funcionamento do estabelecimento socioeducativo, critérios de classificação por gênero e faixa etária, bem como direito à proximidade familiar, através da regionalização dos programas de atendimento em internação e semiliberdade e que o cumprimento das medidas socioeducativas se dê próximo à residência e à família do adolescente autor de ato infracional (reiteração de proposta do II Ciclo)	Bauru Marília Sorocaba
Monitorar os órgãos de fiscalização das entidades que executam as medidas de proteção e socioeducativas aplicadas às crianças e aos adolescentes.	Mogi das Cruzes
Fiscalização dos Trabalhos desenvolvidos nas entidades aplicadoras das medidas de proteção e socioeducativas e acompanhamento de familiares dos jovens infratores	Jundiaí
Estimular a integração dos serviços públicos destinados aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa em meio aberto	Leste
Atuar, a Defensoria Pública, nos casos de violência contra Crianças e Adolescentes feitas por órgãos da Segurança Pública, inclusive garantindo a atuação dos Defensores Públicos em regime de plantão nas Delegacias e priorizando implementações de uso de verbas do PNDH na criação de Centros de Referência para Crianças e Adolescentes	Campinas

PROPOSTA	ORIGEM
Atuar desde a apreensão dos adolescentes nas Delegacias e Cadeias Públicas, promovendo ações para cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e apoiando a criação de núcleos de atendimento inicial para transferência imediata, através de articulação com a Secretaria de Segurança Pública, para que sejam respeitados os direitos à privacidade e imagem do adolescente apreendido por ato infracional, bem como garantir instalações físicas adequadas.	Presidente Prudente
Fazer levantamento das condições de encarceramento do adolescente em Delegacia de Polícia, bem como o tempo de permanência dos adolescentes nas Comarcas que fazem parte desta Regional. Em seguida, propor ação judicial para promoção de melhorias dos locais de encarceramento, exigindo a remoção imediata para Unidade de internação. Em Osasco, onde as condições são inadequadas e previamente conhecidas, propor ação judicial.	Osasco
Atuação junto aos órgãos públicos para disponibilizar Centros de Referências visando a garantir a convivência comunitária das pessoas com deficiência.	Guarulhos
Articular junto aos Conselhos de Direitos e ao poder público e, se necessário, postular através de ação civil pública para a implementação efetiva do sistema único de assistência social para atender as demandas da população.	Osasco
Posicionar, a Defensoria, a favor de mudanças na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para fortalecimento nas políticas públicas, ampliando possibilidade de contratação de servidores, com vistas ao atendimento de demandas sociais, bem como priorizando a presença de um Defensor Público em reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente	Campinas
Investir em programas de qualificação para os profissionais da rede de atendimento à criança e ao adolescente	Leste
Atuar periodicamente, de forma presencial junto a comunidade, e também junto a órgãos administrativos municipais e regionais para garantir a efetividade do Estatuto da Criança e Adolescente - ECA	Sul
Exigir do Poder Público o cumprimento de políticas públicas para a Infância e Juventude, conforme Deliberações das Pré-Conferências Regionais e Municipais de Cidadania, Direitos Humanos e Meio Ambiente da Criança e do Adolescente, bem como dos Encontros Lúdicos, garantindo os direitos sociais e ao direito à convivência familiar, em especial a garantia do acesso de Crianças e Adolescentes usuários de substâncias psicoativas ao adequado tratamento	Taubaté
Inclusão dos adolescentes como beneficiários do programa "Cartão Recomeço" em clínicas de tratamento contra o uso abusivo de drogas, exclusivas para adolescentes	São José do Rio Preto
Articular a sociedade civil e o Poder Público para criação e fortalecimento do Conselho Municipal Antidrogas em todos os Municípios.	São Carlos



CADERNO DE PROPOSTAS

PROPOSTA	ORIGEM
Atuar junto aos poderes constituídos com o objetivo de evitar a redução da maioria penal, aumento do tempo de internação e responsabilização progressiva de adolescentes em conflito com a lei	Bauru Mogi das Cruzes
Atuar na defesa do acesso de jovens e adultos à educação.	Bauru
Atuar para a ampliação e qualificação das redes públicas municipal e estadual, no tocante à capacitação de profissionais, número de vagas, jornada escolar e localização das unidades de ensino, sempre respeitando os limites das zonas rurais e urbanas	Vale do Ribeira
Atuar para garantir a efetividade e acessibilidade universal da educação inclusiva, especialmente na escola regular, valorizando-se a autonomia e diversidade, assegurando-se transporte adequado, tecnologias e a presença de profissionais especializados no processo de crianças e adolescentes deficientes.	Santos
Exigir dos profissionais da área da educação a notificação do Conselho Tutelar acerca de violências de qualquer ordem contra a criança e adolescente.	São Carlos
Atuar para garantir o aumento de vagas no Ensino de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Básica e Ensino Profissionalizante, facilitando o acesso do adolescente egresso, bem como do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.	Taubaté
Promover ações para garantir a efetividade da Lei do Adolescente Aprendiz, promovendo a sua divulgação, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (reiteração de proposta do I Ciclo e acréscimo de redação).	Presidente Prudente São Carlos
A Defensoria deve exigir dos poderes público a formulação e implementação de políticas públicas, voltadas ao lazer e cultura para crianças e adolescentes em áreas de vulnerabilidade social.	Jundiaí Leste
Tomar medidas judiciais cabíveis para a criação do orçamento criança e adolescente (OCA) em Osasco e em todas as Comarcas contíguas, visando o investimento específico em todas as áreas afetas a infância e juventude.	Osasco
Exigir a participação do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente - Conselhos Tutelares, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e adolescente - CMDCA, Defensoria Pública, Fóruns Municipais e Conselhos afins -, priorizando o cumprimento do Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA).	Taubaté
Atuar pela criação de Delegacia Especializada da Infância e Juventude (DIJU).	Taubaté
Atuar junto ao Tribunal de Justiça para implementação de Varas Exclusivas da Infância e Juventude nas Comarcas do Interior	Araçatuba
Fomentar a discussão na Defensoria Pública, mais especificamente com os Núcleos Especializados da Infância e Direitos Humanos, acerca do desaparecimento de crianças e adolescentes e vítimas de extermínio.	Guarulhos

PROPOSTA	ORIGEM
Deve o Defensor Público atuar de forma contundente em todo o processo infracional, não aceitando a confissão para o recebimento de medida sócio-educativa.	Sul
Aproximar a Defensoria Pública das crianças, dos adolescentes, de suas famílias e da rede de atendimento, com o deslocamento da unidade e dos defensores para próximo dos usuários, seja por meio da Defensoria Móvel ou de acolhimento e triagem em locais descentralizados.	Ribeirão Preto
Que profissionais do serviço social (agente de Defensoria) participem da avaliação financeira para atendimento na Defensoria Pública evitando denegações em casos de real necessidade do serviço público.	Araçatuba
Auxiliar a integração operacional dos diversos órgãos envolvidos no atendimento de crianças e adolescentes, em especial daqueles que estejam em situação de risco e sujeitos à negligência, inclusive com a realização de visitas em conjunto visando prevenir a violação a direitos e com a realização de palestras de educação em direito. (reiteração de proposta do II Ciclo e acréscimo de redação)	Bauru Marília
Apoiar a articulação e a implementação de fluxos administrativos entre os diversos atores, públicos e privados, que compõem a rede de atenção à criança e ao adolescente, com ênfase nas áreas de saúde, educação e assistência social, para que funcionem de forma integrada, assegurando ainda o amplo conhecimento da população sobre as formas de acesso à rede.	Ribeirão Preto
Reuniões periódicas dos Conselheiros Tutelares com os Defensores Públicos, Promotores e Juízes para sistematização de atuações conjuntas para implementação de políticas públicas.	Araçatuba
Atuar prioritariamente no atendimento de demandas de vaga em creche, inclusive no atendimento 0800, e atuar para a ampliação e qualificação das redes públicas municipais e estaduais, no tocante a capacitação de profissionais, número de vagas, jornada escolar e localização das unidades de ensino (reiteração da proposta do II Ciclo e acréscimo).	Campinas Presidente Prudente
Enfrentar o problema da falta de vagas em creche mais de forma coletiva do que individual, deve procurar negociar com a Prefeitura, atentando-se para a existência de uma ordem de cadastro, de um tempo de construção e de uma triagem socioeconômica dos interessados, de divulgação dos serviços públicos voltados à obtenção de vagas em creche.	Jundiaí
Garantir a participação da Defensoria Pública na elaboração do orçamento de construção e manutenção de creches, inclusive promovendo ações em face do Poder Público, visando a efetivação do direito à educação infantil.	Jundiaí São José dos Campos
Fiscalizar a implementação de creches fora de responsabilidade de Poder Público, como pelas empresas para seus empregados, pelos sindicatos para seus filiados e pelos condomínios fechados para seus moradores e funcionários	Jundiaí



PROPOSTA	ORIGEM
Priorizar a articulação com o Poder Público (Executivo) e, se necessário, judicializar para criação, implementação e ampliação dos serviços de saúde mental (Unidade Básica de Saúde, Centro de Atenção Psicossocial Infantil e Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas, programas preventivos, leitos hospitalares para desintoxicação e outros serviços da rede de atenção à criança e ao adolescente) conforme critérios definidos pela normativa do Ministério da Saúde (Reiteração de proposta do III Ciclo com ajuste da redação)	Bauru, Campinas, Marília Ribeirão Preto
Atuar para que se assegure a todas as crianças e adolescentes usuários de substâncias psicoativas, acesso a adequado tratamento ambulatorial e hospitalar, e, se necessário, judicializar para a implementação e ampliação dos serviços de saúde mental, como UBS- Unidade Básica de Saúde, CAPS AD, CAPS infantil, programas preventivos, leitos hospitalares para a desintoxicação e outros serviços da rede de atendimento, conforme critérios definidos pela normativa do Ministério da Saúde, assegurando-se, ainda, capacitação jurídica especializada a todos os órgãos envolvidos no atendimento e garantindo atendimento à população que reside em região periférica (Reiteração de proposta do III Ciclo com ajuste da redação)	Guarulhos Norte-oeste Santos São José dos Campos Sul
Fiscalizar dentro da atuação jurídica a efetivação dos Projetos Terapêuticos Singulares das Crianças, Adolescentes e Jovens com demanda de saúde mental e implementar, mediante propositura de ação civil pública, os serviços CAPS, em suas modalidades, onde não houver	Central - Criminal e Infância
Atuar em pedidos de internação compulsória apenas após esgotados os instrumentos contidos na política pública de atendimento ambulatorial existente no Município	São José do Rio Preto
Atuar pela implementação de um centro de diagnóstico de doenças genéticas.	Sul
Atuar para que se cumpra a Resolução do CONANDA no tocante à necessidade de criação de um Conselho Tutelar para cada 100.000 (cem mil) habitantes, e também em relação à respectiva estruturação	Guarulhos
Atuação da Defensoria Pública no sentido de articular com o Poder Público (Executivo), e se necessário judicializar, para implementação, estruturação, ampliação e treinamento continuado dos Conselhos Tutelares.	Marília
Ampliar prioritariamente a assistência jurídica à criança, ao adolescente e ao jovem para todos os municípios/comarcas, garantindo-se o aumento de defensores públicos com atuação exclusiva na área da infância e juventude cível e infracional e centro de atendimento multidisciplinar (Agentes da Defensoria Pública)	Araçatuba Mogi das Cruzes Osasco/Santos
Expandir os cursos do Núcleo do Infância e Juventude nas Comarcas do Interior e não somente das cidades sede da Defensoria Pública	Araçatuba São José dos Campos

Política Institucional e Educação em Direitos

PROPOSTA	ORIGEM
Priorizar, na distribuição dos novos cargos de agentes, a estruturação do centro de assistência multidisciplinar com ênfase na abertura de novos cargos em serviço social e psicologia.	Campinas
Implementar atendimento transdisciplinar e mediação de conflitos em todas as unidades de execução de serviço da Defensoria Pública, através da contratação de quadro de apoio especializado (psicólogos, assistentes sociais, contadores, entre outros) e da celebração de convênios com entidades públicas e privadas, com a criação dos Centros de Atendimento Multidisciplinar.	ABCD
Priorizar a adoção de soluções extrajudiciais de conflitos entre a população e a administração pública, principalmente na questão de fortalecimento gratuito de medicamentos e monitoramento da participação social nos termos da lei do Sistema Único de Saúde (SUS).	Marília
Atuar no Projeto Escola da Família do Governo estadual, através da realização de mediação e prestação de serviço de orientação jurídica, com a participação dos educadores universitários.	Leste
A Defensoria Pública deve atuar diretamente em prol das pessoas em situação de rua com atendimento descentralizado de sua unidade.	Marília
Instituir programa de Defensoria Móvel, que deverá acontecer mensalmente, em todos os municípios de cada regional.	Jundiaí
Ampliar o atendimento da Defensoria Pública ao microempreendedor e, para as pessoas físicas, relativizar a análise da renda familiar, observando a situação específica das famílias com dependentes químicos e em outras situações de vulnerabilidade.	Taubaté
Descentralizar os serviços prestados pela Defensoria Pública, com o objetivo de ampliar o acesso à justiça, garantindo a prestação de atendimento jurídico e educação em direitos pelos Defensores nos CRAS.	Campinas
Transferir a sede de atendimento inicial da Defensoria Pública, onde não estiver, para a região central das cidades, facilitando assim o acesso dos grupos vulneráveis à Instituição.	Ribeirão Preto
Incrementar imediatamente os Defensores Públicos com atuação específica na área da Fazenda Pública, Habitação e Infância e Juventude	Guarulhos



CADERNO DE PROPOSTAS

PROPOSTA	ORIGEM
Implantar a Defensoria Pública em todas as cidades localizadas na região metropolitana de São Paulo com a presença não somente de Defensores, mas também de agentes (equipe interdisciplinar) em número suficiente ao atendimento da demanda de cada localidade.	Osasco
Assegurar condições para que os Defensores Públicos possam também atuar em Conselhos Municipais visando a sua participação na elaboração de políticas públicas.	Guarulhos
Priorizar a atuação em tutela coletiva, regionalizada e segundo as especificidades locais, com a criação de cargos de atribuições específicas, no sentido de outorgar eficácia à Deliberação CSDP nº 139/09.	Ribeirão Preto
Fixar ao menos um defensor público voltado à tutela coletiva em cada regional, principalmente no Vale do Ribeira	Vale do Ribeira
Velar pela participação ativa nos Conselhos Municipais, bem como promover orientação jurídica diretamente às ONGS, igrejas, escolas, sobretudo aquelas situadas na periferia das cidades, de modo a conscientizar e orientar a população sobre seus direitos fundamentais. Além disso, promover jornadas temáticas e seminários, redundando as propostas apresentadas em ações concretas.	Osasco
Promover o fortalecimento e estruturação da política de educação em direitos na defensoria pública através, por exemplo, da expansão do projeto “defensorando comunidades”, criado na regional do Vale do Ribeira, para outras regionais da Defensoria, como instrumento de emancipação das comunidades e com a presença do defensor público nesses locais.	Vale do Ribeira
Atuar na rede de atenção social com a intenção de unificar a informação de assuntos pertinentes à atuação da Defensoria Pública.	Sorocaba
Criar campanha de divulgação e conscientização do trabalho da Defensoria Pública com orientação de direitos e deveres do cidadão, através dos canais abertos de rádio e televisão.	Taubaté
Promover a regionalização dos projetos de educação em direitos, em especial do curso de “Defensores Populares”, priorizando as especificidades locais e os territórios de maior vulnerabilidade social.	Jundiaí Ribeirão Preto
Promover cursos ministrados pelo CAM em parceria com órgãos públicos e privados, voltados para humanização dos profissionais da Defensoria Pública com foco a grupo vulneráveis.	São José dos Campos

Política Institucional e Educação em Direitos

PROPOSTA	ORIGEM
Promover audiências públicas trimestrais, com convocação obrigatória dos delegados das Conferências da Defensoria Pública de São Paulo - DPESP, para prestação de contas e monitoramento da implementação das diretrizes aprovadas nos Ciclos de Conferências, a contar do último dia da Conferência Estadual	Central - criminal e infância
Condensar as propostas dos ciclos anteriores, destacando semelhanças e prioridades para dar visibilidade e tornar mais práticas as proposituras.	Sorocaba
Aumentar o número de delegados para representar as regiões, estabelecendo-se o mínimo de 5 (cinco) delegados.	Vale do Ribeira
Criar conselhos consultivos regionalizados da Ouvidoria-Geral	Central - criminal e infância
Articular, junto à sociedade civil, centros acadêmicos e meios universitários grupos de pressão para inclusão e permanência da disciplina dos Direitos Humanos no cursos de direito, respeitada a autonomia universitária, inclusive através de fomento de políticas públicas.	Norte-Oeste



Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher

PROPOSTA	ORIGEM
Garantir a criação de de equipe multidisciplinar para atuação nas DDMs e JVDs, composta por, no mínimo, Defensor Público, Psicólogo e Assistente Social, com prévia capacitação na temática de gênero e enfrentamento à violência e/ou atuação na área. A equipe atuará inclusive no monitoramento do atendimento à mulher vítima de violência.	ABCD Central - Criminal e Infância Leste
Criar cargos de defensor público para atuar no atendimento especializado na Violência Doméstica Familiar contra a mulher para acompanhamento da vítima e de defesa do agressor.	Norte-oeste São José do Rio Preto
Criar cargos de Defensor Público específico para atendimento da mulher em situação de violência (doméstica, obstétrica e qualquer outro tipo de violência) de forma a priorizar o atendimento, acompanhando o processo independente da situação socioeconômica.	Mogi das Cruzes Sorocaba Vale do Ribeira
Reforçar a criação do Juizado Especial de Violência Doméstica.	Bauru
Atuar, em defesa da vítima, nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher, e participar do movimento pela ampliação desses Juizados em todo Estado, acompanhando e apoiando projetos de lei que fomentem a aplicabilidade da lei Maria da Penha.	Ribeirão Preto
Atuar, em defesa da vítima, nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, e participar do movimento pela ampliação desse Juizado em todo o Estado, mesmo que regionalizado, e buscar a integração com outros atores do sistema de atendimento de defesa da mulher vítima de violência doméstica (DDMs, OAB, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça, Ministério Público, rede de atendimento).	São Carlos
Lutar pela criação de Vara Especializada de violência doméstica e familiar, bem como pela criação de cargos de defensores públicos e agentes de Defensoria para atendimentos específico da mulher em situação de violência.	Jundiaí
Garantir o atendimento ininterrupto nas delegacias da mulher, durante 24 horas, inclusive aos finais de semana e feriados, com atendimento multidisciplinar.	ABCD Guarulhos

Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher

PROPOSTA	ORIGEM
Exigir que as Delegacias de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher funcionem ininterruptamente, em todos os dias da semana e em todas as localidades do Estado, investindo na qualificação dos profissionais para prestar atendimento humanizado e eficiente.	Taubaté
Garantir a presença do Defensor Público nas delegacias, em sistema de plantões, em defesa da mulher vítima de violência.	Guarulhos
Firmar parceria com Municípios para implementação de Atendimento Psicossocial da Mulher nas Delegacias.	Mogi das Cruzes
Lutar para que o delegado de polícia titular da DDM de Registro seja devidamente nomeado e que seja uma mulher.	Vale do Ribeira
Fomentar a criação de mais casas abrigos e criação de casas de passagem diante da superlotação.	ABCD
Lutar pela inclusão de mulheres vítimas de violência doméstica em abrigos especializados, ainda que estes abrigos não sejam na cidade de suas residências, com garantia de remanejamento das mulheres entre os abrigos conforme necessidade.	Santos
Formação de uma rede de interlocução entre a Defensoria Pública e as Delegacias da Mulher, visando a garantia da qualidade e atendimento integrado da mulher, bem como a aplicação das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha; a ampliação de delegacias da mulher, havendo atendimento por profissionais capacitados, em horário ininterrupto, ou seja, diariamente, durante 24 horas, garantindo inclusive a presença da Defensoria Pública (reiteração da proposta do III Ciclo).	Araçatuba/ Campinas/ Leste
Formação de uma rede de interlocução entre a Defensoria Pública e a Rede de Proteção à Mulher, incluindo as Delegacias da Mulher, visando à garantia da qualidade e atendimento integrado da mulher, bem como a aplicação de medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha.	Guarulhos
Promover atuação integrada do NUDEM junto a outros órgãos como a Polícia Militar, DDM's, Centro de Atendimento e Referência à Mulher, Assistência Social, para criação e divulgação de banco de dados sobre violência contra a mulher.	São José do Rio Preto
Cobrança e Comprometimento dos gestores públicos na criação e funcionamento de um espaço de acolhimento de gênero e de crianças e adolescentes expostos a este tipo de violência.	Sul
Inserir as pessoas com identidade de gênero feminino na rede de atendimento de violência de gênero.	Sul



CADERNO DE PROPOSTAS

PROPOSTA	ORIGEM
Fomentar e articular junto ao Poder Público municipal pela criação de serviços para a mulher em situação de violência, bem como para homens agressores.	Jundiaí
Fomentar a criação e o fortalecimento das políticas públicas de atendimento aos agressores, articulando com o sistema de justiça o atendimento como medida protetiva.	Ribeirão Preto
Criar, e ampliar onde já existe, grupo para atendimento e acompanhamento de homens agressores.	São Carlos
Elaborar medidas para implantação de Aluguel Social para mulheres vítimas de violência, garantindo cota e cadastro de vagas em unidades de habitação popular com previsão de cláusulas que determinem que o imóvel deva permanecer com a mulher em caso de separação/divórcio.	São José do Rio Preto
Promover a inclusão da mulher em situação de violência em Programa Habitacional e Programas de Assistência Social.	ABCD Mogi das Cruzes
Criar rotina de captação de denúncias das mulheres vítimas de violência doméstica em relação aos atendimentos prestados por delegacias e DDM's (Delegacias da Mulher), visando a criação de banco de dados e tomada de medidas junto à Secretaria de Segurança Pública pelo NUDEM (Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria).	Leste
Nos casos de violência doméstica, atuar para que sejam concedidas as medidas de proteção independentemente de processo criminal, bem como para que seja respeitada a competência mista dos JVDs.	Central - Criminal e Infância
Promover conferências na temática da mulher, visando fomentar a discussão da implementação dos Juizados Especiais de Violência Doméstica contra a mulher e das Delegacias de Defesa da Mulher 24 horas.	Campinas
Criar um sistema multidisciplinar itinerante para atendimento em localidades distantes das unidades da Defensoria Pública às mulheres em situação de violência e de risco socioeconômico.	Marília
Implementação por parte da Defensoria das recomendações contidas no relatório final da CPMI da mulher do ano de 2013.	São José dos Campos
Exigir do poder público responsável a realização de cursos permanentes de capacitação e humanização de policiais, guardas civis e agentes quanto ao tratamento diferenciado dispensado às mulheres vítimas de violência.	Osasco
Capacitação para atendimento mais humanizado e de modo a efetivar os direitos previstos na Lei Maria da Penha, nas DDMs, Delegacias Comuns, Atendimento 190 e GCM, sendo que as DDMs deverão funcionar 24 horas.	Sul

Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher

PROPOSTA	ORIGEM
Estimular o Poder Público à criação e manutenção de vagas às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em cursos voltados à formação educacional e à capacitação profissional com vistas à efetivação da autonomia econômica e desenvolvimento humano.	Marília
Garantir o acolhimento de mães em situação de rua com seu filho recém nascido em instituição adequada tendo em vista que a situação socioeconômica, por si só, não exclui o exercício do poder familiar e da guarda.	Campinas
Atuação do NUDEM com autonomia em prol da legalização do aborto, principalmente com realização de campanhas, asseguradas as amplas divulgação e participação popular.	Central - Criminal e Infância
A mulher vítima de violência (doméstica, obstétrica e qualquer outro tipo de violência), por se encontrar em situação de vulnerabilidade, será sempre atendida pela Defensoria Pública, independentemente da renda, conforme prevê o art. 28 da Lei 11.340/06, inclusive na fase policial. (Reiteração de proposta do III Ciclo)	Norte-Oeste Sorocaba
Pautar a temática da violência obstétrica contra as mulheres, , para uma sensibilização geral sobre o tema, promovendo a disseminação do debate crítico sobre as práticas médicas ligadas à gravidez, por meio da realização de seminários e confecção de cartilhas, além de atuar na construção de políticas públicas que combatam esse tipo de violência.	Leste/Sul
Prevenir e erradicar a violência obstétrica, garantindo a implementação da política nacional de humanização (PNH) do SUS, aplicando-se a Lei 11.108 que dispõe sobre o direito a acompanhante de escolha da mulher durante o trabalho de parto, parto e pós-parto, as diretrizes da rede cegonha/Ministério da Saúde e as recomendações da Organização Mundial da Saúde – OMS para assistência ao parto.	Campinas/Sorocaba
Promover visitas aos Conselhos Municipais de Defesa da Mulher com a finalidade de capacitação de seus integrantes, através de cursos e palestras informativas e preventivas sobre todo e qualquer assunto com relação à defesa e proteção da mulher.	Sorocaba
Fomentar a educação em direitos na conscientização contra a violência de gênero nas escolas, comunidades carentes, entre outras, bem como aos profissionais que atuam no atendimento da mulher.	Bauru



Situação Carcerária

PROPOSTA	ORIGEM
Garantir o tratamento humanizado dos familiares dos presos pela equipe técnica do estabelecimento tanto nos dias de visita, quanto quando buscam atendimento individualizado.	ABCD
Atuar de forma judicial e extrajudicial para garantir que os presos que não recebam visitas possam permanecer em local adequado, abrigados do sol e da chuva nos estabelecimentos prisionais.	ABCD
Orientar os familiares de pessoas presas a respeito da ilegalidade da revista vexatória, inclusive sobre as medidas cabíveis. Essa atividade deverá ser feita por meio de Plantões a serem realizados pelos defensores públicos junto às filas de visita nos estabelecimentos prisionais	Central - Criminal e Infância
Conscientizar egressos, familiares e servidores públicos de que revistas vexatórias são violações de direitos humanos e promover ações indenizatórias em todos os casos.	São Carlos
Tomar medidas para que os procedimentos de revista em mulheres sejam realizadas por profissionais de saúde, evitando atos vexatórios e humilhantes.	Araçatuba
Implementar imediata e integralmente a Deliberação CSDP nº 246 que dispõe sobre a política de atendimento dos presos provisórios	Central - Criminal e Infância
Instituir processo de reorganização do atendimento na área criminal com as seguintes diretrizes: a) criação e implementação com plantão descentralizado de defensores em todas as Regionais; b) extinção do atendimento especializado nos DIPOs; c) concentração da atuação e do atendimento na fase pré-processual no âmbito das atribuições do defensor público natural	Central - Criminal e Infância
Implementar a atuação da Defensoria Pública junto às delegacias de polícia para garantir o direito de defesa no momento da prisão em flagrante e do inquérito policial	ABCD Leste
Garantir o contato pessoal do defensor público com o preso, logo após a detenção, de modo a combater a prática de tortura, maus tratos e outras espécies de abuso policial	Central - Criminal e Infância
Intensificar as ações que garantem a saúde do sentenciado, com a criação de postos de atendimento nos complexos penitenciários, bem como a formação de reeducandos em agentes de saúde para o pronto atendimento nos diversos centros de detenção, e assegurar às sentenciadas acesso à saúde, em especial ao atendimento ginecológico preventivo.	Campinas

Situação Carcerária

PROPOSTA	ORIGEM
Pleitear o atendimento nutricional aos reeducandos, inclusive com a disponibilidade de suplementos alimentares de baixo custo, em especial aos portadores de HIV, Tuberculose e gestantes	Campinas
Elaboração de um acordo de cooperação técnica entre a sociedade civil, o Governo e a Defensoria Pública, em cidades que possuam unidades prisionais femininas, visando à ampliação do atendimento jurídico, em especial sobre o acesso à saúde da mulher em situação de prisão.	Ribeirão Preto
Atuar para garantir atendimento médico, direito à visita e redução de superpopulação nas cadeias públicas do Vale do Ribeira	Vale do Ribeira
Conscientizar a sociedade sobre a responsabilidade social na ressocialização das pessoas presas, realizando entre outras educação em direitos acerca do tema em todos os níveis de ensino. (revisão de proposta do I Ciclo)	Campinas Presidente Prudente
Promover aproximação entre a rede de assistência social da Prefeitura e entidades civis especializadas no atendimento ao egresso(a) com os órgãos regionais da Defensoria Pública, visando capacitação jurídica dos trabalhadores(as) da assistência social para que no primeiro atendimento do egresso(a) ele/ela já receba noções fundamentais jurídicas que podem ser ampliadas no atendimento diário da Defensoria Pública, principalmente para evitar que o(a) egresso(a) retorne ao sistema prisional por descumprimento de obrigações processuais.	Bauru
Promover a inclusão do egresso do sistema penitenciário nos serviços da Defensoria Pública, empreendendo esforços para a retirada do requisito de bons antecedentes criminais nos concursos da instituição, bem como incluir nos editais de contratação, seja para seleção direta ou indireta, a reserva de vagas para egressos do sistema prisional	Guarulhos
Construir e propor políticas públicas de atendimento ao egresso, por meio dos seguintes encaminhamentos: 1) criar núcleo regional ou centro de referência, composto por Defensores Públicos e equipe multidisciplinar destinado ao atendimento de egressos e familiares, em conjunto com outras entidades, públicas e privadas; 2) Lutar contra a exigência de bons antecedentes criminais para acesso ao trabalho e ao serviço público (inclusive da Defensoria Pública); 3) Gestão da Defensoria Pública para que as referências a processos criminais sejam excluídas imediatamente após o cumprimento da pena dos registros do Poupa-Tempo e do instituto de Identificação. (proposta reitada do III Ciclo)	Osasco
Articular a criação de centros municipais de atendimento multidisciplinar a egressos e familiares, promovendo o diálogo entre o poder público, universidades, ONGs e demais setores da sociedade civil.	São Carlos



CADERNO DE PROPOSTAS

PROPOSTA	ORIGEM
Promover a interlocução entre a defensoria pública, empregadores e órgãos educacionais, visando a capacitação profissional e o ingresso no mercado de trabalho do preso e do egresso.	Presidente Prudente
Instituição de um programa que aproxime os detentos de seus familiares visando uma melhor ressocialização, bem como a garantia de atendimento psicossocial de familiares e egressos que se encontram em situação de vulnerabilidade social.	São José dos Campos
Criar setor dentro da Defensoria Pública responsável pelo recebimento e resposta de cartas enviadas pelos presos, implementando mecanismo de acompanhamento pelo preso dos pedidos efetuados.	Guarulhos
Atuar para garantir, até mesmo com base na lei de acesso à informação, que os atos da SAP sejam devidamente fundamentados e publicizados, para oportunizar, quando o caso, controle judicial de legalidade.	São Carlos
Impetrar ações cabíveis, inclusive coletivas, para garantir a infra estrutura adequada, com a capacidade de presos proporcional à capacidade da unidade prisional, incentivando os defensores públicos, quando da visita aos estabelecimentos prisionais, o ingresso aos raios e celas com fim de constatar tais e outras irregularidades.	Campinas
Fortalecer a atuação da Defensoria Pública na área de execuções criminais.	Mogi das Cruzes
Necessidade de melhorar as condições de trabalho da Defensoria Pública com ampliação de cargos de Defensores Públicos e cargos de apoio atuantes da área específica da Execução Criminal, como, por exemplo, a utilização de técnicos jurídicos.	Sorocaba
Disponibilizar defensores em período integral em cada estabelecimento prisional, com o objetivo de fortalecer a atuação da Defensoria Pública na Execução Penal, proporcionando a assistência jurídica integral a presos, familiares e egressos, intensificando o contato pessoal do Defensor com o preso provisório para qualificar sua defesa processual.	Taubaté
Criar mutirões de atendimento nas penitenciárias com Defensores Públicos e advogados de instituições conveniadas com a Defensoria Pública	Sorocaba
Acompanhar o andamento dos benefícios de maneira coletiva, dando prioridade para aqueles que têm lapso temporal para o regime aberto e ingressar com medidas cabíveis, buscando solucionar a superlotação existente nas unidades prisionais, a fim de que ocorra uma maior distribuição dos sentenciados nas demais unidades - possível ação coletiva.	Araçatuba
Capacitar Defensores Públicos na perspectiva da justiça restaurativa.	Marília

Situação Carcerária

PROPOSTA	ORIGEM
Atuar para que o direito ao estudo seja garantido a todas pessoas presas.	Santos
Promover a capacitação e reciclagem dos funcionários que atuam dentro dos estabelecimentos prisionais.	Mogi das Cruzes
Dialogar com o Estado visando que disponibilize vagas suficientes em órgãos públicos para o cumprimento de penas alternativas.	Presidente Prudente
Atuar para total exclusão da permanência de pessoas em cumprimento de medidas de segurança (presos com doenças mentais) em estabelecimentos de custódias não hospitalares	São José do Rio Preto



Moções

MOÇÕES	ORIGEM
Moção para que os grupos de Promotoras Legais Populares tenham o direito de garantir melhor atendimento nas Defensorias.	ABCD
Nós, participantes do IV Ciclo de Conferências da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e pré-Conferência do ABCDMRR, apoiamos a implantação de fóruns de Conselhos Municipais na região do ABCDMRR e no Estado de São Paulo, visando a integração e interação dos Conselhos e Movimentos Sociais.	ABCD
Moção de repúdio à instalação de incineradores ou usina verde para a queima de materiais recicláveis. Nós, participantes da Pré Conferência Regional do ABCD da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, etapa preparatória para a IV Conferência Estadual da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, manifestamos nosso repúdio à implantação de Incineradores ou Usinas Verdes, seja em nossas cidades do ABCDMRR (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra), bem como no Estado de São Paulo ou no Brasil. Reconhecemos e apoiamos a luta do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR/SP, que vem durante muitos anos lutando para uma concreta e definitiva inclusão social e econômica de milhares de trabalhadores e trabalhadoras, catadores e catadoras que trabalham arduamente coletando materiais recicláveis, e desta maneira contribuindo para a preservação do meio ambiente e, conseqüentemente, diminuindo toneladas de lixo que são encaminhados para aterros e lixões de todo o país. Estes catadores/ catadoras, que através do trabalho de coletar nas cidades os materiais recicláveis e/ou reutilizáveis, realizam a conscientização da população sobre a importância da separação do material reciclável, bem como sendo mediante a coleta destes materiais que sustentam suas famílias. Vários estudos apontam que cada incinerador custa em torno de R\$ 400 milhões, sendo que 30% a 50% deste valor poderiam ser investidos pelos municípios no trabalho de coleta seletiva solidária com a inclusão social e econômica de catadores e catadoras, propiciando a qualificação, a capacitação, aprimorando cada vez mais o trabalho destes Agentes Ambientais de coleta seletiva. Considerando que o alto custo de implantação destes equipamentos, a consequência social é grave, pois tais incineradores são causadores de doenças sérias, e de grande risco à saúde como um todo, devido à emissão de Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs): Dioxinas, Furanos, Bifelinas, Policloradas, e outros metais pesados, como o mercúrio e cádmio, entre outras substâncias perigosas e tóxicas à saúde humana e demais formas de vida do planeta. As cinzas causadas pela queima do “lixo”, no seu armazenamento devem ser acondicionadas e tratadas como resíduos altamente perigosos, pois o volume e a toxicidade das cinzas fazem com que a destinação seja complicada, tecnicamente arriscada sobre a segurança e a contaminação futura, além de cara.	ABCD

Neste contexto, o Poder Público que optar pela incineração está indo na contramão da história, pois o baixo poder calorífico do lixo (o lixo no Brasil é úmido) faz que seja necessário queimar muito material reciclável, principalmente o plástico, que tem grande poder calorífico (90%), para reduzir a umidade, e desta forma iniciar a incineração para geração de energia. O desenvolvimento humano, a vida, o trabalho, a solidariedade, a redução da pobreza, a distribuição de renda e cidadania devem ser compromissos dos administradores públicos comprometidos com a população e com os catadores/catadoras, pois em muitos lugares ainda são discriminados direta e indiretamente por essa sociedade consumista, individualista, do descartável, e neste sentido são estes Agentes Sanitários Ambientais que limpam todo o “lixo” que a sociedade produz! A coleta seletiva solidária, a inclusão social e a conscientização ambiental são compromissos daqueles que constroem um planeta sustentável para estas e as futuras gerações, além da vantagem de recuperação dos recursos naturais e reinserção na cadeia produtiva do material reciclável. No Brasil há mais de 500 organizações de catadores e catadoras, e são segundo o último levantamento de 500 a 800 mil trabalhadores e trabalhadoras que sustentam a família com esse trabalho. Portanto, em apoio total e irrestrito ao Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e aos catadores e catadoras do ABCDMRR, de São Paulo e do país, repudiamos a implantação de incineradores e/ou usinas verdes. Coleta Seletiva solidária com inclusão social e econômica dos catadores e catadoras sim! Incineradores, não!	ABCD
Nós, delegados (as) da Pré Conferência Regional da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, repudiamos o Prefeito Lauro Michels, de Diadema, que se pronunciou em relação à solicitação de vagas para creche por parte de uma mãe. O prefeito afirmou: “que a família paga apenas um imposto e, portanto, tem direito apenas a uma vaga. Às vezes, a mãe tem cinco ou seis filhos. Paga um imposto e quer ter cinco ou seis vagas na creche!”. Essa declaração do Sr. Prefeito palavras, argumento discriminatório, machista e preconceituoso, que fere a Constituição, direitos humanos contemplados na Constituição Federal, ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, Leis de Diretrizes Básicas e o Plano Nacional de Políticas para as mulheres.	ABCD



MOÇÕES	ORIGEM
Moção de Repúdio ao Projeto de Lei 478, que defende o Estatuto do Nascituro. O Estatuto do Nascituro viola os direitos humanos e reprodutivos das mulheres, dificulta o acesso da vítima de estupro ao aborto legal, institucionaliza o estupro, anula o direito ao aborto em casos de anencefalia fetal, inviabiliza o desenvolvimento de pesquisas com células-tronco. O projeto institucionaliza o estupro, já que o agressor passa a ser considerado genitor. Em vez de impedir que o estupro ocorra, o Estado reconhece uma falsa paternidade, que na verdade resultado de uma violência brutal. O projeto oferece a quem mantiver a gravidez fruto de estupro uma “bolsa estupro” até que a criança complete 18 anos, que será paga pelo estuprador. A pessoa violentada pode vir a conviver com seu agressor. Caso a pessoa grávida precise se submeter a algum tratamento médico que ofereça risco à integridade do embrião, ela será impedida de cuidar da própria saúde. Essas pessoas poderão morrer para que um não nascido possa viver. Cada pessoa grávida passa a ser uma criminosa em potencial. Se sofrer um aborto espontâneo, pode ser investigada e condenada por homicídio, pois pode ser acusada de omissão no cuidado com o embrião. O Brasil é um Estado laico e não deve ser orientado por princípios religiosos. O aborto é uma questão de saúde pública e autonomia das mulheres sobre seus corpos. Não à Bolsa Estupro!	ABCD
Moção de repúdio à atuação do NUDEM: - pela ausência de diálogo com os movimentos de mulheres - pela inércia de atuação diante das propostas apresentadas em conferências anteriores - pela atuação limitada à elaboração de cartilhas - pela ausência de diálogo com os outros atores sociais que interagem nos casos de violência doméstica - pela simples abertura de PAs como justificativa de implementação das propostas das Conferências anteriores - pela falta de iniciativa em pressionar os órgãos públicos para a implementação de políticas públicas voltadas para as mulheres - pelo descomprometimento com as propostas dos 3 últimos ciclos sobre a descriminalização e legalização do aborto - pela não autonomia do Núcleo frente a implementação de campanhas pela descriminalização e legalização do aborto	Central - Criminal e Infância
A defensoria pública foi criada em 2006 pela luta da sociedade civil. Já estamos no 4º ciclo de conferência e já temos uma Defensoria em franco crescimento. No entanto, o que se vê é que a maioria das propostas aprovadas pela sociedade civil não foi implementada. Esperamos que a Defensoria não se encastele, que ela não nos use as Conferências como mera propaganda para dizer que a sociedade civil tem espaço nela. Aguardamos que as propostas aprovadas nesta conferência sejam efetivamente implementadas.	Central - Criminal e Infância

MOÇÕES	ORIGEM
Que nos próximos anos, sejam realizadas Pré-Conferências em todas as cidades que compõem esta regional.	Guarulhos
Melhor estruturação nas unidades da Defensoria Pública do Estado com incremento de material humano e financeiro para atendimento das questões relacionadas à habitação, ao urbanismo e aos conflitos agrários. A criação de novas unidades da Defensoria Pública do Estado nas regionais com, inicialmente, a designação de novos Defensores Públicos especificados para manter um diálogo mais próximo com as cidades abrangidas por cada regional, ou ainda, os atendimentos nestas cidades da Defensoria Pública Móvel. Aliar o projeto da Defensoria Pública Móvel à extensão universitária das faculdades de cada regional, em especial os cursos de Direito, Gestão de Políticas Públicas e serviço social. Criação de cargos de Defensor Público, específicos para atuação em tutela de interesses coletivos na área urbanística, habitacional e agrária. Aumentar o número de dias de debates nas reuniões preparatórias as pré-conferências, as quais devem ser realizadas em cada unidade e com o eixo específico para as questões da área agrária. Melhor articulação com o Ministério Público nas questões urbanísticas, habitacionais e agrárias.	Ribeirão Preto
Os moradores da ocupação denominada “Rua Poá”, em Itaquaquetuba, compareceram à Pré-conferência informando que o Município sofre com grande quantidade de loteamentos irregulares e que há carência de atuação da Defensoria nesta área de habitação. Servem-se desta moção para reivindicar mais defensores para a região especialmente na área de Habitação e Urbanismo.	Mogi das Cruzes
Moção de repúdio: à Comissão Organizadora da Defensoria Pública ao que se refere ao entendimento de que o Conselho Tutelar é Órgão do Poder Público, sendo que o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que o Conselho Tutelar é órgão de Defesa de Direitos da Sociedade Civil, que deve garantir e zelar que os Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes sejam consolidados. Seus membros são eleitos pelo voto popular direto e representam a Sociedade Civil. Considerando que o Órgão sofre, no cotidiano das relações políticas e sociais, dificuldades quanto aos mitos, inverdades e desconhecimento quanto a suas atribuições e função, essa atitude da Defensoria perpetua tais equívocos.	Taubaté
Moção de repúdio: ao Sistema Carcerário do Estado de São Paulo pelos diversos abusos e violações de direitos ocorridos nos espaços prisionais. Repúdio com relação à ruptura de vínculos que o sistema impõe ao sentenciado e a seus filhos, crianças e adolescentes. Repúdio à ausência de humanidade nas relações das visitas que ocorrem e na obstrução de visita de crianças aos seus pais.	Taubaté



CADERNO DE PROPOSTAS

MOÇÕES	ORIGEM
Moção de apoio: nós, pré-delegados da IV Conferência Regional da Defensoria Pública de Taubaté, manifestamos nosso apoio ao aumento do número de Defensores para a Regional de Taubaté, garantindo melhor atendimento à população e a dedicação 'exclusiva' de pelo menos um Defensor para a Vara da Infância e Juventude.	Taubaté
Moção de apoio: recomendar que haja indicação, nos portais eletrônicos da Prefeitura e da Câmara, dos telefones e meios de acesso à Defensoria Pública e Ministério Público.	Taubaté
Moção de apoio: reivindicar, por meio de recomendações, que as anistias fiscais para fins de moradia contemplem exclusivamente as demandas sociais.	Taubaté
Moção de apoio: reivindicar alternativas habitacionais distintas da construção de moradias em áreas periféricas.	Taubaté
Moção de apoio: atuar conjuntamente com o Ministério Público para monitorar a aplicação do Plano Diretor, a fim de garantir que os objetivos e instrumentos previstos sejam efetivamente implementados.	Taubaté



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO